

Adelaide Millán Costa

Arnaldo Gama entre a Literatura e a História: mote para uma reflexão epistemológica

Nos dias de hoje, sucedem-se títulos como *A história continua, Em defesa da História*¹ que respondem ao proclamado tópico d' *O fim da História*² e a considerações, menos apocalípticas mas bastante cépticas, quanto ao estágio actual da disciplina, caracterizado de fragmentário e anárquico³.

E neste ambiente pouco sólido – ainda que sobretudo acantonado ao universo da reflexão com algumas repercussões na prática historiográfica⁴ – a literatura aparece, aos olhos de alguns, como o horizonte possível para aglutinar uma antiga área do conhecimento que terá deixado de existir, porque lhe subtraíram o referente externo ao próprio discurso dos seus cultores⁵.

Promover um *Colóquio* que associa a história e a literatura enquanto áreas autónomas, e adiantando o sentido de uma prática interdisciplinar, constitui um ponto de partida construtivo. Réplica que a maioria dos comunicantes parece ter aceite, a crer nos títulos que balancam entre as duas disciplinas, pressupondo a sua existência independente.

É nesta mesma perspectiva que eu me filio, ou seja, numa linha de pensamento distanciada de concepções pós-modernas ou pós-históricas. Assumo a não ficcionalidade da história, pelo menos ao nível da intenção do historiador – que terá sempre a verdade como horizonte – e que produz um discurso cientificamente conduzido sobre o passado⁶.

Tendo por base estas premissas, queria conduzi-los à análise de uma obra que lida com a história e a literatura, da autoria de um homem que não se salientou especialmente em nenhuma destas áreas, mas que terá ensaiado concretizar uma proposta de interligação.

Arnaldo Gama, escritor portuense a tempo inteiro com algumas incursões na vida político partidária, viveu entre 1828 e 1869⁷ e compôs várias novelas históricas⁸, de entre as quais vamos considerar *A Última Dona de S. Nicolau*⁹.

Arnaldo Gama escrevia num tempo privilegiado para a história. Acreditava-se que, no passado, radicava o carácter dos povos – ou melhor, das nações –; o seu estudo permitia actualizar memórias, através das quais se reencontrava a identidade colectiva, a base para formar os cidadãos¹⁰.

O nosso autor terá assumido uma tendência localista desta concepção¹¹. Como noutra trabalho adiantei, penso que o seu objectivo último era o de captar a índole, a essência dos portugueses, projectada em momentos paradigmáticos por ele escolhidos para situar os seus romances. No caso em apreço, Arnaldo Gama detém-se num episódio, ocorrido em 1474, pelo qual o burgo expulsa, de forma violenta, um nobre que estanciava na cidade, desrespeitando os seus privilégios¹².

Para concretizar o grande propósito cívico de educar o cidadão, concorriam a história – ao tempo científica – e o romance histórico. O apuramento técnico atingido pela disciplina e a crença, com algumas reticências, de que os testemunhos permitiam uma ligação directa ao passado, alicerçava o optimismo da empresa. Quanto ao género literário, conjugando factos reais com preocupações estéticas, assumia um estatuto dúbio. Tal não impediu que historiadores o tivessem profusamente cultivado, socorrendo-se, enquanto romancistas, do artifício referencial criador da ilusão da historicidade¹³.

Herculano chegou mesmo a colocar a hipótese de, pela novela, se conseguir atingir uma forma de mimetismo com o passado, superior à que a história podia almejar. Para tanto, seria indispensável um conhecimento alargado do “carácter dos indivíduos e das nações” desenhado “com pincel firme” pelos “monumentos, as tradições e as crónicas”¹⁴.

E é nesta confluência entre o interesse pelo passado, a necessidade da sua divulgação, a robustez científica da disciplina e a voga do romance histórico que radica a proposta de Arnaldo Gama. Proposta nunca formalizada ao nível de uma teorização consistente, mas sustentada pelas características da sua própria obra.

Arnaldo Gama projectava escrever romances históricos científicos.

Para este autor, a literatura corresponderia a um veículo de publicitação da história, mas – e isto ele não verbaliza ainda que o afirme a sua novela – os critérios de exigência científica não podiam, em nome da divulgação, esmorecer. Assim, vejamos.

Enuncia, claramente, os seus destinatários – *o povo, os que não cultivam as letras, os que não se aplicam aos livros, aqueles cuja profissão os arreda de fazer estudos sérios e seguidos*¹⁵.

A este público se propõe ensinar a história, utilizando a novela como estratégia para captar a sua adesão voluntária. Desvenda, por fim, o método usado: *romancear a história, dialogá-la, dar vida à época, aos personagens, às localidades*¹⁶.

Partamos de uma convicção. O autor não investe na historicidade enquanto artifício, mas está convencido de que faz e divulga história.

Para testar este argumento, nada melhor do que considerar o aparato crítico da sua novela, privilegiando a análise das notas para, *a posteriori*, questionar a sua adequação à narrativa.

Arnaldo Gama escora o seu texto em oitenta e três notas no fim do volume, a que junta mais umas tantas em pé de página.

Há as que introduzem o leitor na conjuntura política à escala europeia¹⁷ ou local¹⁸, no progredir de movimentos culturais, na adopção de inovações e no desenrolar de acontecimentos¹⁹.

Outros elementos adicionais esclarecem terminologia²⁰, práticas²¹ ou realidades da vida urbana quatrocentista: a moeda²², o pequeno comércio²³, as associações de mercadores²⁴, as roupas²⁵, o mobiliário²⁶, o jogo²⁷, a polícia e a organização militar²⁸, a punição²⁹, a toponímia e a localização de edifícios³⁰, os equipamentos urbanos³¹, o poder local³²; aduz esclarecimentos sobre indivíduos³³ e grupos³⁴, quer sejam ou não étnicos³⁵.

Noutras notas, o autor desconstrói a sua própria estratégia de composição da novela e das personagens. Iremos analisá-las mais à frente.

Vejamos, agora, em que é que Arnaldo Gama sustenta as explicações que fornece.

Recorre às *Ordenações*³⁶, às *Crónicas*³⁷, aos *Diálogos* de Pedro de Mariz³⁸, às *Memórias de Literatura da Academia Real das Ciências*³⁹, ao *Elucidário* de Viterbo⁴⁰, às *Dissertações Cronológicas e Críticas* de João Pedro Ribeiro⁴¹; a textos historiográficos de Herculano saídos no *Panorama*⁴² e a obras de historiadores estrangeiros⁴³.

Sugere leituras complementares para que os interessados cimentem os seus conhecimentos sobre as matérias. Estabelece uma hierarquia de consulta em que a importância das obras é matizada com a disponibilidade dos leitores. Assim, na falta de tempo para ler as *Crónicas* no que à conjuntura ibérica do último quartel do século XV diz respeito, pode aceder-se a obras historiográficas que sistematizam o assunto⁴⁴. Na mesma linha de pensamento, os artigos de Herculano do *Panorama*⁴⁵, colmatam a impossibilidade de consultar, nas *Ordenações*, os títulos referentes às competências dos alcaides.

Não se exime de apreciar a qualidade científica das obras que refere, valorizando a erudição, um bom método, senso crítico, investigação da verdade, profundidade da abordagem e racionalidade na explicação⁴⁶. Condena o reverso destas competências, mormente o espírito faccioso e o que chama de “infelicidade nas interpretações”⁴⁷.

Ainda que, em termos formais, nem sempre o critério de citação bibliográfica seja exemplar, chega ao requinte de citar duas edições de uma mesma obra⁴⁸.

Quanto às notas que directamente respeitam o burgo portuense, Arnaldo Gama baseia-se em fontes inéditas. É um profundo conhecedor da matéria que cristaliza “o carácter dos

portuenses”, possuindo em casa, como o testemunha o seu amigo Camilo, milhares de cópias de originais⁴⁹.

Todos os documentos citados existem, ainda hoje, e todas as referências estão rigorosamente correctas. Uma sistematização das fontes por ele utilizadas permite concluir que terá contactado com uma parte substancial do espólio quatrocentista do *Arquivo Histórico Municipal do Porto*, o então *Cartório da Câmara*. Escapava-lhe, apenas, a documentação fiscal e, ainda que os cite, provavelmente não se movimentaria com grande à vontade na coleção dos *Pergaminhos*⁵⁰. Dominava vários *Livros de Actas Camarárias*⁵¹, o *Livro Grande*⁵², o *Livro da Demanda com o Conde de Penaguião*⁵³, o *Livro Antigo das Cartas e Provisões*⁵⁴, o *Livro A*⁵⁵ e o *Livro B*⁵⁶.

Arnaldo Gama não se limita a conhecer as fontes mas assume estratégias científicas, recorrendo ao crivo diplomático e a um raciocínio historiográfico para as tratar.

As suas notas correspondem a um fértil campo de aplicação de técnicas que um manual sobre as ciências históricas – habitualmente chamadas de auxiliares ou anexas – contemplaria. Fornece conhecimentos de cronologia, fazendo a correspondência, nos documentos, entre a datação pela era de César e a datação pela era de Cristo e indicando, inclusivamente, a carta de D. João I que determina a adopção do novo referente para a contagem do tempo⁵⁷.

Mas não só.

Domina competências certamente caras a Mabillon. Não se contenta com a referência a um facto por um investigador, ainda que seja o conceituado João Pedro Ribeiro, lamentando não ter acesso à sua fonte de informação⁵⁸.

Hierarquiza cópias, anuncia as mais fidedignas, aconselharia a fogueira a alguns traslados, se não integrassem registos únicos de documentação. É o caso do *Livro B*, “torpíssimo registo... escrito por copistas ignorantes e pouco conscienciosos, que não só não copiaram os originais com o rigor que deviam mas até lhes alteraram os termos, truncando uns, omitindo outros, transtornando também não poucas datas”⁵⁹. Estranha, assim, que João Pedro Ribeiro tenha optado por publicar uma cópia deste *Livro*, quando existia uma outra coeva dos acontecimentos⁶⁰.

Cruza vários documentos de proveniência diferente, conhecidos ou inéditos para sustentar uma afirmação⁶¹. Publica extractos ou a totalidade de originais, transcreve títulos das *Ordenações*.

Arnaldo Gama tem consciência da necessidade de investigar em áreas como o poder municipal portuense, os judeus e a moeda. Quanto a este último tema, afirma: “*A História da moeda portuguesa* ainda está por fazer; não é trabalho impossível, mas indubitavelmente obra de imensa dificuldade. Deus nos depare um A. Herculano para a escrever”⁶².

Para além de dominar as técnicas da crítica documental, o autor é assaltado por dúvidas que, a seu tempo, todos os historiadores já partilharam. Como a certeza de não ter consultado exaustivamente toda a documentação sobre um assunto, ou a forte suspeita de algo que não pode sustentar em fontes⁶³. As regras da moral positivista impunham-lhe que não adiantasse as conjecturas, como o faziam distinguir entre testemunhos de uma decisão e testemunhos de que essa decisão foi concretizada⁶⁴.

Arnaldo Gama argumenta, reflecte, interpreta, conclui.

No conjunto de notas cuja análise até agora adiamos, este autor explica como se apropria de factos reais e os ficciona ou segue literalmente “o que terá sido a realidade”⁶⁵.

Assim, situa em 1474 procedimentos sobre os quais possui informações, antes e depois dessa data, mas não para o ano em causa. No entanto, transcreve extractos de um documento que prova o carácter recorrente e não singular de tais práticas⁶⁶.

Actualiza um capítulo especial do Porto, apresentado nas cortes de 1436, e dialoga o seu conteúdo, atribuindo-o ao discurso de um participante no motim contra o fidalgo⁶⁷. A frequência com que os tópicos desse texto foram utilizados durante a Idade Média retira qualquer tipo de anacronismo ao seu uso no contexto referido.

As personagens merecem, também, uma atenção muito especial nesta auto-desmontagem da arquitectura da novela. Digamos que a habitual distinção entre as categorias de fictícias e de referenciais não se lhe aplica de forma automática.

Assim, Arnaldo Gama recupera a história de um casal que nos anos quarenta de Quatrocentos foi expulso do burgo para lhe atribuir a paternidade de uma personagem fictícia; tais acontecimentos são relevantes para a caracterização desta última⁶⁸.

Identifica figuras por ele moldadas com indivíduos reais, respeitando certos esteios das suas vidas⁶⁹ ou imaginando um percurso alternativo⁷⁰.

O autor preocupa-se em utilizar personagens referenciais mesmo quando o público não adivinharia que elas o são. Não esqueçamos que praticamente todos os actores teriam uma notoriedade acantonada em termos cronológicos e espaciais: só na própria época em que viveram e nos estritos limites da cidade seriam reconhecidos. Mas o escrivão da alcaidaria, o alcaide pequeno, os juízes, os vereadores e o procurador entre outros, existiram de facto e foram titulares de ofícios no ano em que o autor lhes assina⁷¹.

A meticulosidade com que construiu a sua novela é levada ainda mais longe do que as oitenta e três notas deixariam supor; de facto, Arnaldo Gama não é exaustivo ao ponto de inventariar a referencialidade de muitas personagens. Meticuloso é também na terminologia e nos valores atribuídos à moeda, aspectos cimentados em testemunhos da época⁷².

Como é que Arnaldo Gama ficciona a história?

Usando como pano de fundo a paisagem urbana desta comunidade territorial, o autor dramatiza práticas conhecidas dos historiadores através de códigos normativos e de atestados de transgressão a estes códigos, que comportam a aplicação efectiva de penas.

Por exemplo, em vez de sistematizar as características do policiamento da cidade e as regras de uso do espaço urbano no período nocturno, o autor, recorrendo a personagens fictícias, referenciais ou mistas (se é que esta categoria se pode utilizar) simula um episódio de detenção de um indivíduo porque percorria à noite as ruas do Porto, sem uma lanterna, com a agravante de se tratar de um judeu⁷³.

Mas, a sua coroa de glória de verdadeiro historiador – segundo os cânones de Oitocentos – traduz-se no relato da revolta contra o fidalgo. Em sucessivas notas, Arnaldo Gama cimenta o desenrolar da narrativa num pormenorizado documento – uma sentença régia – guardado no *Cartório da Câmara*. Considera que a revolta se acha “fielmente descrita” que “tudo aquilo é história”. Ou seja, a quase transcrição literal do documento garantia a verdade histórica da reconstituição do episódio. Ilusões datadas, diríamos hoje⁷⁴.

Será conveniente recordar que estes processos e estratagemas são todos enunciados pelo autor, não resultam de qualquer interpretação pessoal. Apenas me limitei a confirmar nos documentos a sinceridade das suas afirmações.

A última estratégia de pesquisa a aplicar a esta novela é a do questionamento acerca da interligação entre o texto e as notas. Pode formular-se do seguinte modo – Qual a acuidade das notas para a compreensão da narrativa?

Claro que esta análise é por demais subjectiva, dada a necessidade de prever a expectativa de compreensão de um leitor, actual ou do século XIX, que não conheça a história do burgo quatrocentista.

Para além da clarificação acerca de práticas ou expressões medievais⁷⁵, as restantes notas são, nitidamente, suplementares⁷⁶, e a grande maioria das primeiras é desajustada, pela sua extensão⁷⁷.

O autor chega a integrar pormenores redundantes no texto, para se alongar em explanações que ocupam até nove páginas⁷⁸. Face a este panorama será legítimo concluir-se pelo carácter abusivo e gratuito de grande parte da erudição. Esclareça-se que tal consideração é feita do ponto de vista do leitor de um romance passado no burgo de Quatrocentos e não de um leitor ávido de conhecer a história do Porto.

Creio que aduzi suficiente informação que permite sustentar a acuidade do rótulo romance histórico científico com o qual caracterizei esta obra.

Claro que a cientificidade da novela tem de ser perspectivada à luz do conceito de história coevo. Para além do aparato erudito, é um facto que se trata de um texto imbuído da ideologia liberal, com a pretensão de captar manifestações da índole dos portuenses explorando, para tal, um acontecimento histórico.

No entanto, esta obra é, ainda hoje, uma referência para a historiografia medievalista portuense. Porque a Arnaldo Gama se deve a iniciativa de publicar documentos inéditos e porque alguns historiadores atribuem o epíteto de excelente à sua reconstituição do acontecimento paradigmático que envolveu a cidade e o fidalgo.

Esta proposta teve os seus custos quanto à aceitabilidade da obra. Pinheiro Chagas, por exemplo, considerou que “Walter Scott teria feito quatro romances com os apontamentos reunidos pelo senhor Arnaldo Gama para um só”⁷⁹. Crítica dirigida ao desequilíbrio na organização da novela, que foi secundada por outros autores.

Voltemos à afirmação de Herculano, pela qual a novela poderia atingir um mimetismo com o passado, desde que a história dos indivíduos e das nações fosse previamente conhecida. A verdade é que, em 1864, a história do Porto permanecia ainda na obscuridade; Arnaldo Gama talvez tenha ensaiado fazê-la, enquanto, em simultâneo, a romanceava – ou pelas suas palavras, enquanto dava vida à época, às personagens, à localidade.

A anunciada reflexão epistemológica tem de abreviar-se uma vez que a explicação do mote nos demorou tempo demais.

Mas o problema que eu queria colocar era este:

Poderá a história romanceada ter direito a cidadania enquanto género historiográfico credível?

Não me refiro à forma de apresentação final do discurso, à opção pela história narrativa ou pela história estrutural e analítica que, como se sabe, implica uma alteração dos conteúdos e dos temas tratados.

Questiono a possibilidade de introduzir, de forma deliberada, a ficção dentro do produto historiográfico sem lhe retirar essa qualidade, mantendo-o num registo de conhecimento cientificamente conduzido.

No impensado social (neste caso profissional) de todos os historiadores permanece o fascínio do documento. Um testemunho que é objecto de crítica interna, externa, que será inquirido enquanto imagem fabricada mas que, inegavelmente, constitui um elemento referencial exterior.

Apelar à ficção neste contexto significa actualizar, no discurso historiográfico, elementos referenciais assimilados e trabalhados pelo autor. Nesta empresa, o historiador seria norteado

pela sua ética, que sabemos ser fortemente castrante da liberdade de inventar, o que não é sinónimo da liberdade criativa.

O romance podia constituir o último patamar da condição de historiadores com apetência e com capacidade de manejo da expressão escrita. Quando atingem aquele estádio em que as notas das suas obras escasseiam na proporção directa do arrojo da interpretação. Quando se abalançam às grandes sínteses, aos ensaios ou às memórias.

Poderia esse romance científico ser considerado história?

Atrevo-me a responder pela afirmativa.

Notas

1 Georges Duby, *A História continua*, Porto, Edições Asa, 1992; Richard J. Evans, *Em defesa da História*, col. *Memórias do Mundo*, Lisboa, Temas e Debates, 2000. Salientam-se os títulos destas duas obras, ainda que o espectro bibliográfico sobre o tema seja substancialmente mais vasto. Cf., por exemplo, Gerard Noiriel, *Sur la «crise» de l'Histoire*, Paris, 1996 e *Espaces temps. «Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens*, 1995.

2 Entende-se esta expressão num âmbito forçosamente distinto do aplicado pelo autor que a celebrou, Francis Fukuyama. Trata-se, naturalmente, do fim da história enquanto disciplina. Cf. Keith Jenkins, *Why History. Ethics and postmodernity*, Londres, Routledge, 1999.

3 Cf. Christian Delacroix; François Dosse; Patrick Garcia, *Les courants historiques en France, 19e-20e siècles*, Paris, Armand Colin, 1999, p. 51.

4 Cf. Richard Evans, ob. cit., p. 24.

5 Cf. a síntese sobre este tema feita por Jorge Lozano, *El discurso histórico*, cap. *La relación entre historia y poética*. Madrid, Alianza Editorial, 1987, pp. 115 e ss.

6 Cf. Georg G. Iggers, *La Ciencia histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales. Una visión panorámica y crítica del debate internacional*, Barcelona, Idea Books S.A., 1998, pp. 9 e ss. Relembremos, a propósito, as palavras de Georges Duby sobre o que ele designava por *moral positivista*: “Que sobretudo não me imaginem a repudiar essa moral: é ela que confere ao nosso ofício a sua dignidade. Apliquei escrupulosamente os seus preceitos quando tratava os materiais. Esforçava-se, então, por verificar, por classificar os testemunhos, por não os perverter. Tinha tido o cuidado de os tomar a todos em consideração, e na sua integridade, de nada pôr de lado, de manter cada um deles no seu lugar, proibindo-me imperativamente o menor corte, o menor verniz, essas pequenas liberdades que se é fortemente tentado a ter a fim de que as esparsas migalhas da informação concordem mais intimamente com o que conjecturamos fazer com elas” (ob. cit., p. 52).

7 Notas biográficas e estudos sobre a obra de Arnaldo Gama encontram-se nos seguintes títulos: Agustina Bessa Luís, “Arnaldo Gama – Gente de Bem”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo XXI, Lisboa, 1980, pp. 179-188; Álvaro Manuel Machado, “Arnaldo Gama”, in *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 208-209; António Baião, *Como Arnaldo Gama escreveu o romance histórico “O Sargento de Vila Maior: confissão inédita do próprio autor”*, sep. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, tomo III, Lisboa, II, 1938; Artur de Magalhães Basto, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; Carlos de Passos, *Dois românticos. Garrett e Arnaldo Gama*, Porto, 1957; Carlos de Passos, prefácio a Arnaldo Gama, *A Última Dona de S. Nicolau*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1950; Fernão Dantas da Gama, “Arnaldo Gama. Escritor portuense”, introdução a *Obras de Arnaldo Gama*, vol. 1, *ob. cit.*, pp. V-LVII; Helena Carvalhão Buescu, “Arnaldo Gama”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 201-203; Hernani Cidade, “Arnaldo Gama”, in *Dicionário de Literatura*, vol. 2, 4.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1989, p. 360; João Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa (das Origens ao Século XX)*, 2.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987, pp. 315-324; João José Rigaud de Sousa, *O Paço de Nespereira e o “Segredo do Abade” de Arnaldo Gama*, Porto, 1977; Maria de Fátima Marinho, *O romance histórico em Portugal*, col. *Campo da Literatura/Ensaio – 32*, Porto, Campo das Letras – Editores, S. A., 1999, pp. 84 e ss; Maria Leonor Machado de Sousa, estudo de *Paulo, o Montanhês* de Arnaldo Gama, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

8 *O génio do mal (romance histórico)*, 1856-1857; *Um motim ha cem annos (chronica portuense do século XVIII)*, 1861; *O sargento-mór de Villar: episódio da invasão dos franceses em 1809*, 1863; *A Última Dona de S. Nicolau: episódio da história do Porto no século XV*, 1864; *O segredo do abade (novela histórica)*, 1864; *A caldeira de Pero Botelho (novela histórica)*, 1869; *O filho do Baldaia (novela histórica)*, 1866; *O bailio de Leça (lenda do século XIV)*, 1872 (assinala-se o ano da primeira edição das obras).

9 Porto, Typographia do Comércio, 1864 (com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século XV*). A obra foi reeditada em 1899 (Lisboa, Livraria Editora – com o subtítulo *Episódio da história do Porto no século XV*), 1933 (Porto, Imprensa Nacional), 1937 (Porto, Livraria Tavares Martins, Edição Popular), 1950 (Porto, Livraria Simões Lopes) e em 1973 (*Obras de Arnaldo Gama*), vol. I, Lello & Irmão – Editores). Utiliza-se neste estudo a edição de 1837.

10 Cf. *História Crítica da Literatura Portuguesa*, dir. Carlos Reis, vol. V *O Romantismo*, dir. Carlos Reis e Maria da Natividade Pires, 2.ªd., Lisboa, Editorial Verbo, 1999, pp. 40 e ss.; Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, vol. I, pp. 45 e ss.

11 Cf. Alberto Ferreira, *Perspectivas do romantismo português 1833-1865*, 2.ª ed., Lisboa, Morais Editora, pp. 307-314.

12 “O Porto medieval revisitado por um romântico”, comunicação apresentada no dia 5 de Novembro de 2002, no ciclo de conferências sobre *O imaginário da Cidade*, organizado pelo Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta.

- 13** Cf. Maria de Fátima Marinho, *ob. cit.*
- 14** Cit. por Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *ob. cit.*, vol. I, p. 51.
- 15** Arnaldo Gama, *A Última Dona...* *ob. cit.*, p. 319 e id., *Um motim ha cem annos...* *ob. cit.*, pp. 11-12.
- 16** Cf. Nota anterior.
- 17** Notas 1 (pp. 285-288) e 39 (pp. 331-333).
- 18** Nota 2 (pp. 288-296).
- 19** Notas 26 (p. 311), 28 (p. 317), 32 (pp. 327-329), 51 (pp. 336-337), 54 (pp. 338-340), 56 (p. 341), 57 (pp. 341-342), 69 (p. 349), 70 (p. 349), 71 (p. 350), 72 (p. 350), 73 (p. 350), 77 (pp. 353-354) e 82 (p. 355).
- 20** Notas 4 (p. 297), 11 (p. 300), 15 (pp. 303-305), 23 (p. 311), 33 (p. 329), 35 (p. 330), 36 (p. 300), 40 (pp. 333-334), 41 (p. 334), 42 (p. 334), 60 (p. 343), 61 (p. 334), 8 (p. 354).
- 21** Nota 18 (p. 308).
- 22** Notas 8 (pp. 310-311), 21 (p. 310), 24 (p. 311), 47 (p. 335), 58 (pp. 341-434), 59 (p. 343) e 62 (p. 344).
- 23** Notas 19 (p. 308) e 22 (pp. 310-311).
- 24** Notas 66 (pp. 345-349) e 67 (p. 349).
- 25** Notas 16 (pp. 306-307) e 30 (pp. 317).
- 26** Nota 29 (p. 317).
- 27** Notas 7 (p. 298) e 20 (pp. 308-310).
- 28** Nota 13 (pp. 301-303).
- 29** Nota 14 (p. 303).
- 30** Notas 25 (p. 311), 37 (p. 331), 48 (pp. 335-336), 55 (pp. 340-341), 68 (p. 349) e 79 (p. 354).
- 31** Nota 5 (pp. 297-298).
- 32** Nota 75 (pp. 351-352).
- 33** Notas 12 (pp. 300-301), 23 (p. 311), 34 (pp. 329-330), 52 (pp. 337-338) e 81 (pp. 354-355).
- 34** Notas 10 (p. 299) e 49 (p. 336).
- 35** Notas 63 (p. 344), 64 (pp. 344-345), 65 (p. 354).
- 36** *Ordenações Afonsinas* – notas 2, 7, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 50, 64, 66; *Ordenações Manuelinas e Ordenações Filipinas* – nota 61.
- 37** Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* (notas 1 e 2); Garcia de Resende, *Miscelânea* (nota 1); Damiano de Góis, *Crónica do príncipe D. João* (notas 1, 2 e 39); *Crónica do Condestabre* (nota 10); Duarte Nuno de Leão, *Crónica de D. João I* (nota 12); *Commines, Mémoires* (notas 1 e 39).

38 Nota 68.

39 Nota 31.

40 Notas 8, 11, 15, 21, 22, 24, 40, 41 e 58.

41 Nota 76.

42 Trata-se de artigos sobre a milícia e sobre os tabeliães na Idade Média (notas 2, 13 e 16).

43 Respeita-se o critério de citação das obras do autor. Arcargota, *Compendio de la história de España* (nota 1); Paul Lacroix, *Histoire de l'imprimerie et des arts et professions qui rattachent a la typografie* (Bibliophile Jacob), Paris, 1952 (notas 26, 27, 29 e 34); Camilo Bounard, *Coutumes des XIII e XIV e XV siècles* (nota 30); Pierre Dubois, *Histoire de l'horlogerie depuis son origine jusqu'a nos jours*, Paris, 1849 (nota 32); Gibbon, *History of the decline and fall of the roman empire*, edição Milman; Edição Baudry, Paris, 1840, traduzida por Guizot (notas 54 e 55).

44 Cf. nota 1, p. 288.

45 Escreve Arnaldo Gama na nota 2, p.: “Quem não tiver tempo para ler tanto, leia então a parte respectiva do excelente artigo acêrca da *Milícia portuguesa na idade média*, escrito pelo sr. Alexandre Herculano no *Panorama*. vol. II, p. 18”.

46 Relativamente ao *Compendio de la história de España* de Arcargota adianta que: “a-pesar-da sobrançeria quási sempre burlesca com que fala de nós não se pode negar bom método e bastante senso crítico no resumo e na apreciação da maioria dos factos da história interna de Espanha” (nota 1, p. 288). A Damião de Góis atribui-lhe um: “espírito corajoso, crítico e investigador da verdade, que fazem dêle o melhor dos nossos cronistas, e que dão fortes motivos para suspeitar que seria um dos melhores historiadores da Europa e o único verdadeiro historiador português dêsse tempo, se a censura prévia e a inquisição não existissem no século XVI, época em que teve a infelicidade de escrever” (nota 1, p. 288). A *Histoire de l'imprimerie et des arts et professions qui rattachent a la typografie* de Paul Lacroix é considerada “porventura o mais consciencioso e profundo de todos os trabalhos, que a respeito da imprensa se tem feito” (nota 26, p. 312). O livro de Pierre Dubois, *Histoire de l'horlogerie...* é qualificado de excelente (nota 32, p. 329). A excelência é também a característica imputada aos artigos de Herculano saídos no *Panorama* (notas 2, p. 296 e 13, p. 302); refere, inequivocamente, a “eruditíssima pena do nosso grande historiador e grande mestre de arqueologia, o sr. Alexandre Herculano” (nota 16, p. 307).

47 Cf. o que escreve Arnaldo Gama sobre Arcargota e a seguinte apreciação sobre Viterbo: “O autor dêste livro confessa com tôda a franqueza, que não deixa de ter algumas dúvidas acêrca de muitas das coisas que diz Viterbo a respeito das emparedadas do Pôrto; contudo, como não pôde haver à mão a Memória de fr. Bernardo da Encarnação, citada por êle, teve de contentar-se com curvar a cabeça ao respeito devido ao autor do *Elucidário*, indubitavelmente muito douto e erudito mas nem sempre feliz nas suas apreciações e interpretações” (nota 40, pp. 333-334).

48 *Vd.* nota 43 deste texto.

49 Afirma Camilo: “Quem houver de escrever a história do Porto mal poderá dispensar-se de lhe estudar a origem e o adiantamento nos seus belos padrões escritos e apenas buscados dalgum paciente investigador de

velharias. Para tal empresa seria bem escolhido Arnaldo Gama, que possui alguns milhares de cópias de documentos relativos ao Porto, extrahidos do archivo municipal” – citado por Carlos de Passos, *Dois românticos... ob. cit.*, p. 27.

50 Dado que, de cerca de 900 existentes, apenas cita um na nota 68.

51 Notas 2, 3, 5, 9, 37, 38, 39, 66, 77 e 80.

52 Notas 13, 55 e 82.

53 Considerado por Arnaldo Gama: “um dos mais preciosos repositórios de notícias históricas curiosíssimas, e parte delas ignoradas, que existe no cartório da câmara da cidade do Porto” (nota 2, p. 291).

54 Notas 26, 38 e 71.

55 Nota 17.

56 Notas 2, 4, 13, 25, 69, 76 e 81.

57 Esclarece Arnaldo Gama: “Para se entender bem o ano, em que foi tomado o acórdão da Câmara, cumpre aqui advertir, em favor dos que não têm tido tempo para se entregarem aos estudos históricos, que, até o ano de Cristo de 1422, se contava entre nós pela era de Cesar. D. João I ordenou então por lei de 22 de Agosto daquêlle ano, que se contasse dali por diante pela data do Nascimento de Cristo. Ora como a Era de Cesar andava adiantada trinta e oito anos ao ano, em que nasceu Jesus Cristo, segue-se que para reduzir aquela a esta é necessário diminuir-lhe 38 anos, isto é fazer recuar 38 anos para trás as datas mercadas por aquela Era de Cesar. A lei de D. João I encontra-se na Ord. Af. L. IV, Tit. 77” (nota 66, p. 345).

58 Cf. nota 47 deste texto.

59 Nota 76, p. 353.

60 “O nosso laborioso, erudito e prespicasíssimo paleógrafo e arqueólogo, desembargador João Pedro Ribeiro, copiou parte dêste documento nas suas *Dissertações cronológicas e críticas*, Vol. I, p. 318. É para reparar que, para o fazer, preferisse à cópia do Livro grande a do Livro B (...). É preciso, porém, confessar que a ortografia da cópia de J. P. Ribeiro, aproxima-se mais da do Livro grande, do que da do péssimo Livro B” (nota 76, p. 353).

61 Cf. nota 13, p. 302.

62 Nota 58, p. 343.

63 Relativamente às atribuições da Bolsa dos mercadores portuenses, informa Arnaldo Gama que de dois documentos transcritos “se deduzem algumas das atribuições que dou no texto a esta excelente instituição; as outras para as provar com documentos, seria necessário copiar um sem número de acórdãos da Câmara, por onde se acham casualmente e até muitas vezes incidentalmente lançadas. É possível, é provável, ousa até afirmar que se pode asseverar sem receio de errar, que as atribuições da Bôlsa do Comércio do Pôrto eram muitas mais do que as que lhe assino no texto. Para revolver o imenso repositório de preciosos e importantes documentos para a história do Porto, que encerra o Cartório da sua Câmara, é necessário mais tempo e saúde (...) assim é para mim fora de dúvida que nos muitos milhares de documentos, que não tenho podido examinar, se encerram acêrca da Bolsa muitas mais notícias e informações, do que as que se encontram nos alguns centos dêles que tenho lido e copiado (nota 66, pp. 347-348).

64 Ressalva Arnaldo Gama: “Não achei notícia autêntica, que me autorize a afirmar que o tribunal da Bôlsa estava na rua Formosa, rua Nova dos Ingleses, como hoje se chama. Fi-lo, porém, em razão do seguinte documento” – trata-se da carta régia de doação de uma casa na rua Nova para instalar a Bolsa – (nota 66, p. 348).

65 Notas 74 (p. 350), 76 (pp. 352-353) e 80 (p. 354).

66 Ao referir a armada enviada pelos portuenses contra os piratas em 1474, esclarece que, apesar de não ter informações da empresa relativas a esse ano, o envio de armadas era recorrente (nota 3, pp. 296-297).

67 Assinala Arnaldo Gama: “Esta passagem é copiada literalmente dos capítulos especiais apresentados pelos procuradores do Pôrto a el-rei D Duarte nas côrtes de Évora de 1436” (nota 76, p. 350).

68 Nota 9 (p. 299).

69 Nota 38 (p. 331).

70 Nota 50 (pp. 336-337).

71 Cf. capítulos *A Bolsa do Comércio do Porto no século XV* (pp. 144-156) e *Pelos privilégios* (pp. 217-244).

72 Escreve Arnaldo Gama: “É preciso confessar aqui francamente que os valores assinados nestas notas às diferentes moedas apontadas na novela, são tôdas tiradas das leis que a êste respeito se faziam ou dos documentos mais contemporâneos ou mais chegados ao século XV. São unicamente apresentados para o leitor fazer uma ideia aproximada do que elas valiam” (nota 58, p. 343).

73 Cf. o capítulo *A polícia da cidade*, pp. 72-79.

74 Assegura Arnaldo Gama: “Êste capítulo e o seguinte são puramente o desenvolvimento da Sentença na querela de Rui Pereira, tantas vezes citada. Afora os nomes de Abuçaide e do ichacorvos, e da intervenção de Álvaro Gonçalves no arruído, com os quais prendem os pequenos incidentes necessários para ligar o enredo do romance com os factos narrados na Sentença, tudo ali é histórico; – factos, nomes, argumentos da câmara, respostas de Rui Pereira, numa palavra, tudo é de lá copiado” (nota 74, p. 350).

75 Notas consideradas importantes para a compreensão da narrativa e para garantir a *cor local*, característica dos romances históricos: 6, 7, 8, 11, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 46, 47, 49, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 70 e 78.

76 Notas consideradas desnecessárias: 5, 9, 12, 14, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 77
Notas consideradas desajustadas pela sua extensão: 1, 2, 3, 4, 10, 13, 15, 16, 20, 34, 35, 43, 44, 45, 52, 54, 55, 57, 58.

77 Nota 2 (pp. 288-296).

78 Citado por Maria de Fátima Marinho, *ob. cit.*, p. 84.